

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.494.825 - SP (2019/0128719-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : ISRAEL MENDES VIEIRA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GABRIEL KENJI WASANO MISAKI - DEFENSOR PÚBLICO -  
SP305314  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por ISRAEL MENDES VIEIRA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - RUA DA GLÓRIA, assim resumido:

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO PRONÚNCIA HOMICÍDIO  
QUALIFICADO TENTADO PRETENSÃO DE IMPRONÚNCIA PELA  
LEGÍTIMA DEFESA DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO  
CORPORAL OU AFASTAMENTO DAS QUALIFICADORAS  
CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO A SUSTENTAR O *JUS*  
*ACUSATIONES* RECURSO IMPROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, alega violação dos arts. 121 e 129, ambos do Código Penal, e 74, § 1º, do Código de Processo Penal, no que concerne à desclassificação do crime de homicídio para o delito de lesão corporal leve e a consequente incompetência do Tribunal do júri para julgamento do feito, trazendo os seguintes argumentos:

As circunstâncias objetivas do caso demonstram claramente tanto a viabilidade e probabilidade da ocorrência da versão da Defesa quanto a total falta de provas para subsidiar a tese da acusação. E, nesse sentido, o único resultado possível será a desclassificação do crime de homicídio tentado para lesão corporal.

Dessa feita, por todas as razões expostas e com apoio em idônea doutrina e farta jurisprudência, requer a defesa que seja reformado o acórdão aqui atacado prolatando decreto de desclassificação do crime pelo evidente que o recorrente não se portou com *animus necandi*, cessando a afetação aos arts. 121. e 129, caput, do CP, bem como art. 74 e p. 1.º do CPP. (fls. 345).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 21, § 2º, inciso II, no

que concerne ao afastamento da qualificadora relativa ao motivo fútil, trazendo os seguintes argumentos:

Na espécie, de rigor é o afastamento da qualificadora consistente no motivo fútil (art. 121, §2º, inciso II, do Código Penal), vide que não demonstrada na espécie.

O citado artigo deve ter suas violações cessadas com a reforma do acórdão aqui combatido, afastando a motivação supostamente fútil do art. 121, p; 2º, II, do Código Penal e cessando sua afetação. Portanto, requer a Defesa o afastamento da qualificadora consistente no motivo fútil. (fls. 346/347).

Quanto à terceira controvérsia, alega violação do art. 121, § 2º, inciso IV, no que concerne ao afastamento da qualificadora relativa ao recurso que dificultou a defesa da vítima , trazendo os seguintes argumentos:

Com efeito, no caso dos autos, a conduta descrita na denúncia não se subsume materialmente à norma jurídica que se extrai do artigo 121, § 2.º, inciso IV, do CP haja vista que referida qualificadora exige inexistência de desavenças anteriores, ataque de inopino, brusco, sem discussão, colhendo de surpresa a vítima, feito à traição, de emboscada ou com dissimulação, o que, à toda evidência, não é o que ocorreu no episódio narrado nesses autos.

[...]

Portanto, requer a Defesa o fim da afetação ao art. 121, § 2.º, incisos IV, do Código Penal, consistente na qualificadora de dificuldade de defesa via surpresa, tendo em vista que discussão anterior e inclusive no momento dos fatos afasta por completo a citada qualificadora. (fls. 347/348).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira, à segunda e à terceira controvérsias, o Tribunal de origem decidiu a questão nos seguintes termos:

Com efeito, depreende-se com segurança, que os elementos probatórios até então coligidos nos autos não se traduzem em meras conjecturas, mas sim em indícios fortes e veementes da autoria do delito atribuído ao recorrente, de modo que não permitem, nesta fase, afastar a viabilidade do *jus accusationis* que aponta a responsabilidade criminosa do homicídio tentado, devendo, portanto, ser submetido a julgamento perante o Júri Popular, ocasião em que as provas dos autos serão amplamente debatidas.

[...]

A desclassificação pretendida para lesão corporal leve carece de elementos para seu reconhecimento, não havendo também como se conceber, nesta fase, a legítima defesa aventada, que estaria a exigir prova inequívoca, segura, incontroversa e perfeitamente convincente da existência da causa de exclusão do crime.

[...]

Presentes as qualificadoras relativas ao motivo fútil e ao recurso que dificultou da defesa da ofendida, eis que o acusado desferiu as facas por extrema intolerância pela fato da vítima não ter se retirado da praça no momento em que determinado pelo réu, atacando-a de inopino, pelas costas, sem que a vítima pudesse esboçar qualquer reação.

[...]

Ademais, as qualificadoras somente podem ser afastadas nesta fase quando sua improcedência for manifesta, o que não é o caso dos autos.

Dessa forma, não há como acolher os pedidos pretendidos pela defesa, posto que presentes os pressupostos que autorizam a pronúncia, nos termos do art. 413 do Código de Processo Penal, ou seja, a materialidade do delito e indícios suficientes da autoria, ainda mais que nesta fase vige o princípio *in dubio pro societate*. (fls. 324/326).

No que concerne ao recurso, quanto às controvérsias, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

